

ANO IX — SÃO PAULO — ABRIL-DEZEMBRO — NS. 1.º A 4.º

REVISTA
DE
DIREITO MERCANTIL
INDUSTRIAL, ECONÔMICO
E
FINANCEIRO

DIRETOR:
Professor WALDEMAR FERREIRA

VOLUME IX

MAX LIMONAD
Editor de Livros de Direito
RUA QUINTINO BOCAIUVA, 191 — 1.º
SÃO PAULO — BRASIL

REVISTA DE DIREITO MERCANTIL, INDUSTRIAL, ECONÔMICO E FINANCEIRO

Publicação trimestral

Diretor: PROFESSOR WALDEMAR FERREIRA

REDADORES:

ALFREDO CECÍLIO LOPES
BEMVINDO AYRES
DIMAS RODRIGUES DE ALMEIDA
EGBERTO LACERDA TELXEIRA
JAYRO FRANCO
JOÃO DA GAMA CERQUEIRA
JOÃO GOMES DA SILVA
JOSÉ FREDERICO MARQUES
JOSÉ GERALDO RODRIGUES ALCKMIN

LAURO MUNIZ BARRETO
MOACYR AMARAL SANTOS
PHILOMENO J. DA COSTA
OSCAR BARRETO FILHO
SYLVIO MARCONDES
VICENTE SABINO JÚNIOR
WILSON DE SOUZA CAMPOS BATALHA
YOUNG DA COSTA MANSO

REDATOR SECRETÁRIO:

DIMAS RODRIGUES DE ALMEIDA

Assinatura anual Cr\$ 380,00

Assinaturas: MAX LIMONAD — Editor de Livros de Direito
São Paulo - Rua Quintino Bocaiuva, 191 - 1.º - Tel. 35-7393

SUMÁRIO

DOUTRINA

1. Vendas e Consignações — VICENTE RÁO	11
2. O comerciante ambulante e o Fisco Municipal — WALDEMAR FERREIRA	25
3. A reforma do Código Comercial — OTTO GIL	31
4. Algumas novidades jurídicas sôbre sociedades anônimas — PHILOMENO J. DA COSTA	34
5. Convenção sôbre investimentos no exterior	74
6. Suplemento referente ao Tribunal de Arbitragem	78

JURISPRUDÊNCIA

CAPÍTULO I

DIREITOS E OBRIGAÇÕES PROFISSIONAIS DO COMERCIANTE

I. A mulher e o exercício profissional de corretagem oficial	87
---	----

CAPÍTULO II

SOCIEDADES

I. A posse do gerente do estabelecimento pertencente a sociedade anônima e dos direitos desta	89
II. As sociedades mercantis e os direitos e obrigações dos sócios (<i>Sumário jurisprudencial</i>)	92

§ 1.º

Das sociedades de fato ou irregulares

1. A existência da sociedade independentemente do registro de seu contrato	92
---	----

2. A dissolução de sociedade de fato e os bens imóveis de um dos sócios	93
3. A falta de prova da existência e a impossibilidade de sua dissolução	94
4. A improcedência de ação dissolutória de sociedade inexistente	95
5. A nomeação do liquidante de sociedade irregular ..	96

§ 2.º

Das sociedades em nome coletivo ou com firma

6. A responsabilidade do sócio gerente para com a sociedade e terceiros pelo excesso de mandato e violação do contrato e da lei	97
---	----

§ 3.º

Das sociedades por quotas de responsabilidade limitada

7. A responsabilidade do sócio gerente perante terceiros e a sociedade pelos atos contra o contrato social e a lei	98
8. A imprestabilidade do aval do sócio gerente de sociedade por quitas em obrigação estranha a esta	100
9. A descabida da exclusão de sócio sem grave motivo que a justifique	101
10. A omissão do contrato social e a incabida de um dos sócios para pleitear a exclusão de outro	103
11. A ineficácia relativamente aos herdeiros do balanço não assinado pelo autor da herança	104
12. A dissolução parcial da sociedade pela exclusão do quotista indesejável	105
13. A irresponsabilidade do quotista por dívida da sociedade	106
14. O cômputo dos haveres do sócio retirante da sociedade	108
15. A dissolução judicial da sociedade e a forma de sua liquidação	110

§ 4.º

Das sociedades de capital e indústria

16. A nomeação de liquidante estranho na divergência entre o sócio capitalista e o sócio de indústria	113
---	-----

§ 5.º

Da sociedade em conta de participação

- | | |
|--|-----|
| 17. A distinção entre o contrato de locação de serviços e a sociedade em conta de participação | 115 |
|--|-----|

§ 6.º

Das sociedades anônimas

- | | |
|---|-----|
| 18. O fóro do domicílio das sociedades anônimas e o das filiais | 122 |
| 19. A partilha proporcional das ações novas do aumento de capital entre os antigos acionistas | 123 |
| 20. A imprescritibilidade quadrienal da ação de venda de comerciante a entidade paraestatal não comerciante, representativa de governo estrangeiro | 131 |

CAPÍTULO III

CONTRATOS E OBRIGAÇÕES

- | | |
|---|-----|
| I. A cessão de crédito ou de contrato e a existência real do crédito ou do contrato | 141 |
| II. Os direitos e obrigações emergentes dos diversos tipos contratuais (<i>Sumário jurisprudencial</i>) | 146 |

Secção I

Da compra e venda

- | | |
|--|-----|
| — A venda de máquina lavadeira de uso doméstico e o termo de garantia | 146 |
| — O conflito de interesses entre o comprador e o vendedor da coisa com reserva de domínio | 154 |
| — A rescisão do contrato pela venda como novo de aparelho elétrico recondicionado | 155 |
| — O prazo prescricional da ação redibitória e a ausência de prazo para experiência, ou garantia da coisa vendida | 156 |

Secção II

Da fiança

- A ineficácia da fiança prestada pelo sócio sem os necessários poderes especiais para o ato 158

Secção III

Da representação e distribuição de mercadorias

- A prova do contrato de representação comercial .. 159

Secção IV

Do seguro

- A interpretação de cláusula da apólice do seguro de fidelidade 160
- A agravação dos riscos da seguradora e a perda do direito ao seguro 164
- A prescrição ânua e a ação da seguradora contra o causador do dano 165

Secção V

A hospedagem hoteleira

- A inconfusão do contrato de hospedagem em hotel com o contrato de locação predial 166

CAPÍTULO IV

TÍTULOS DE CRÉDITO

- I. A ilicitude do preenchimento abusivo da letra de câmbio ou nota promissória em branco 168

Secção I

Letra de câmbio

§ 1.º

Do endósso

- | | |
|--|-----|
| 1. A inoponibilidade de compensação ao endossatário pelo devedor cambial | 189 |
| 2. A prova da simulação do endósso e a integridade do título cambiário | 189 |

§ 2.º

Do aval

- | | |
|---|-----|
| 3. A nulidade do aval dado por sócio contra expressa proibição do contrato social | 191 |
| 4. A ilegitimidade do aval com infringência de proibição do contrato social | 192 |

§ 3.º

Do protesto

- | | |
|---|-----|
| 5. A anulação do protesto de título cambial | 193 |
| 6. A fluência dos juros moratórios de cambiais a contar do protesto | 194 |

§ 4.º

Da ação cambiária

- | | |
|--|-----|
| 7. O direito do credor de agir indistintamente contra todos os quaisquer dos devedores cambiários | 195 |
|--|-----|

§ 5.º

Da prescrição da ação cambial

- | | |
|---|-----|
| 8. A interrupção da prescrição e o caso julgado em relação ao avalista da parte | 196 |
|---|-----|

§ 6.º

Da ação de enriquecimento ilícito

- | | |
|---|-----|
| 9. Os pressupostos especiais da ação e o exame da matéria com os elementos da convicção | 199 |
|---|-----|

Secção II

Da nota promissória

- | | |
|--|-----|
| 1. O preenchimento da nota promissória incompleta | 205 |
| 2. A ineficácia de notas promissórias dolosamente criadas por administrador de banco e em proveito dêste | 207 |

Secção III

Da duplicata

- | | |
|---|-----|
| 1. O apontamento do título por falta de aceite e pagamento antes da entrega da mercadoria e as perdas e danos do protesto | 210 |
|---|-----|

CAPÍTULO V

BANCOS E OPERAÇÕES BANCARIAS

- | | |
|---|-----|
| I. Os atos e contratos bancários e a responsabilidade civil dos bancos e diretores (<i>Sumário jurisprudencial</i>) | 213 |
|---|-----|

§ 1.º

Da responsabilidade civil dos diretores

- | | |
|--|-----|
| 1. O sequestro dos bens dos diretores | 213 |
| 2. A responsabilidade civil do diretor-secretário do estabelecimento bancário falido pelas quantias irregularmente recebidas dos subscritores do aumento do capital social | 218 |

§ 2.º

A responsabilidade do Banco para com o emitente de cheque

- | | |
|---|-----|
| 3. A responsabilidade do sacado perante o emitente pela recusa sem causa justificada de cumprimento da ordem de pagamento | 219 |
|---|-----|

CAPÍTULO VI

PROPRIEDADE COMERCIAL

- | | |
|--|-----|
| I. A locação de prédio próprio para estabelecimento comercial (<i>Sumário jurisprudencial</i>) | 223 |
|--|-----|

I

Das particularidades do contrato de locação mercantil

- | | |
|---|-----|
| 1. A denegação injustificada da autorização para transferência da contrato de locação do prédio | 223 |
| 2. A aplicação da "lei de luvas" a locação de terreno para fim comercial. | 225 |
| 3. A constituição de sociedade pelos locatários em face do contrato de locação | 226 |
| 4. A cessão da locação do prédio do estabelecimento comercial ao adquirente dêste | 227 |

§ 1.º

Da ação renovatória do contrato de arrendamento

- | | |
|---|-----|
| 5. A inaplicabilidade da lei de luvas a internadas ou campos de engorda de gado | 228 |
| 6. A ausência de contestação e a legitimidade do locador para a propositura da ação renovatória | 229 |
| 7. A inadmissibilidade da renovação da locação por prazo inferior a cinco anos | 231 |
| 8. A renovação da locação e a revisão do aluguel .. | 232 |

§ 2.º

Do direito e ação de retomada do prédio destinado a fim comercial

- | | |
|--|-----|
| 9. O prazo para desocupação de prédio ocupado por firma comercial há mais de dez anos | 235 |
| 10. A natureza do prazo de propositura da ação renovatória e a renúncia das partes a sua decadência | 236 |
| 11. A retomada do prédio para sociedade de que o proprietário é parte | 239 |

§ 3.º

Da ação revisional do aluguel

12. Os efeitos da falta de contestação da ação	239
13. O pagamento das custas para interposição do recurso e a apreciação judicial da exceção de retomada do prédio	241

CAPÍTULO VII

PROPRIEDADE INDUSTRIAL

I. A semelhança nominal de marcas e sua diferença por via de retrato humano	247
II. Os direitos e as obrigações decorrentes do registro da propriedade industrial (<i>Sumário jurisprudencial</i>) ..	253

Secção I

Do nome comercial

1. O conflito entre o título de estabelecimento e a marca de comércio	253
2. A inadmissibilidade da ação cominatória a fim de obstar o uso indevido de nome comercial e marca de comércio	255
3. O reconhecimento judicial do direito de uso exclusivo de título de estabelecimento no município	257

Secção II

Das marcas de comércio e indústria

4. O uso privativo da marca de comércio pelo detentor de seu registro dentro de sua vigência	259
5. O uso de marca indicativa de falsa procedência e o característico do crime de ação pública	260
6. A especialidade da marca de produtos químicos e farmacêuticos	261
7. A imitação de marca por semelhança e a liberação de perdas e danos por ausência de má fé	263

Secção III

Das patentes de invenção

- | | |
|--|-----|
| 8. As diferenças acidentais de forma não excluem a contra-facção | 265 |
| 9. A indenização por contrafacção de patente de invenção | 267 |
| 10. A interpretação restritiva dos privilégios de invenção | 268 |
| 11. A anotação de transferência de patente de invenção a estrangeiro não residente no país | 269 |

§ 1.º

Da concorrência desleal

- | | |
|---|-----|
| 12. O crime de falsa afirmação tendente a gerar confusão sobre as qualidades do produto | 272 |
|---|-----|

§ 2.º

Dos direitos autorais

- | | |
|---|-----|
| 13. As criações de linha original de vestuário feminino, o plágio e seu aproveitamento por terceiros | 273 |
| 14. A ilegitimidade da reprodução de obra não caída no domínio público a pretexto de melhorá-la ou comentá-la, sem permissão do autor | 277 |

CAPÍTULO VIII

CONTRATOS E INSTITUTOS DA NAVEGAÇÃO
E TRANSPORTES MARÍTIMOS E AÉREOS

- | | |
|--|-----|
| I. As obrigações decorrentes do transporte marítimo e aéreo (<i>Sumário jurisprudencial</i>) | 280 |
|--|-----|

§ 1.º

Do abandono

- | | |
|---|-----|
| 1. O conceito do abandono liberatório | 280 |
|---|-----|

§ 2.º

Do transporte

2. O reembolso da seguradora do pago pela indenização de avarias ao dono da carga	283
3. A inoperância da cláusula de não indenizar no conhecimento marítimo	283
4. A expedição de certificado de falta das mercadorias e a prescrição da ação de indenização do extravio .	284
5. A exigência legal da assinatura do conhecimento da carga pelo capitão do navio	285
6. A irresponsabilidade do transportador pelo dano da carga pelo desvio da rota em consequência da exagerada violência da tempestade	298
7. A cláusula da eleição de fôro estrangeiro do conhecimento marítimo	299

§ 3.º

Das avarias

8. A distinção da avaria da falta ou extravio das mercadorias no ato do desembarque	301
---	-----

§ 4.º

Do seguro

9. A cláusula "cais a cais" na apólice do seguro	303
10. A cláusula "todos os riscos" da apólice e sua compreensão	304
11. O dolo do segurado na provocação do sinistro marítimo, sua absolvição criminal e a ação de responsabilidade civil	305

§ 5.º

Da assistência em alto mar

12. A distinção entre assistência e reboque e seus efeitos .	309
--	-----

CAPÍTULO IX

FALENCIAS E CONCORDATAS

I. A inarrecabilidade dos bens do sócio pré-morto na falência da sociedade em nome coletivo continuada com os sobreviventes	311
II. O processo da falência e seus incidentes e recursos (<i>Sumário jurisprudencial</i>)	316

§ 1.º

Os requisitos do pedido falimentar

1. A nulidade da petição inicial desacompanhada da prova do registro do contrato da sociedade requerente da falência	316
2. A falta de qualidade do debenturista para, isoladamente, requerer a falência da companhia emissora .	317
3. O depósito elesivo da falência e seu efeito	321

§ 2.º

Da declaração judicial da falência

4. O critério para a fixação do termo legal da falência ..	323
5. A inadmissibilidade da falência do espólio após um ano da morte do devedor	325
6. O decreto de falência de sociedade por quotas e a responsabilidade do sócio retirante por não arquivamento do contrato de retirada	327

§ 3.º

Da verificação dos créditos

7. A insubsistência da hipoteca dada no termo legal para obtenção de recursos para pagamento de alguns credores em detrimento dos demais	328
8. A necessidade da junção do título de crédito à primeira via da declaração dêste	330
9. A exclusão da multa pecuniária na habilitação do credor	331

§ 4.º

Dos embargos de terceiros

10. A revogação do ato pedida em defesa no processo de embargos à arrecadação de imóvel de venda comprometida 332

§ 5.º

Da revogação de atos praticados pelo devedor antes da falência

11. A ação revocatória de cessão de quotas sociais pelo falido 333

§ 6.º

Da realização do ativo

12. A inadmissibilidade da venda dos bens da massa antes de iniciado o período da liquidação 334

§ 7.º

Do síndico

13. A obrigação do síndico de comunicar à Recebedoria do Tesouro o decreto da falência 335

§ 8.º

Da concordata preventiva

14. A justificação do pedido pela impossibilidade de satisfazer compromissos, ainda que não vencidos .. 336
15. A insuspensibilidade da ação contra o avalista por efeito da propositura de concordata preventiva pelo emitente da nota promissória avalizada 338
16. As reclamações trabalhistas em face da concordata da empresa empregadora 339
17. O impedimento de concordata preventiva ao comerciante com dívidas líquidas há mais de trinta dias, embora sem protesto 341

§ 9.º

Da extinção das obrigações

18. O termo inicial do prazo para a extinção das obrigações do falido 345

§ 10

Dos recursos

19. Os prazos de interposição de recursos e seu regime processual 348
20. O agravo de instrumento é o recurso da sentença de indeferimento de pedido de concordata e decreto de falência 348

§ 11

Dos crimes falimentares

21. A validade do laudo firmado por um só perito .. 349
22. A prescrição da punibilidade do crime de falência . 350
23. O termo inicial do prazo da prescrição dos crimes falimentares 353

CAPÍTULO X

IMPOSTOS E TAXAS

- I. A ilegitimidade da incidência do imposto de vendas e consignações sobre o "quantum" do imposto de consumo 356

CRÔNICA DA VIDA JURÍDICA

- O Instituto de Coimbra homenageia o Professor Waldemar Ferreira 390

DOCUMENTÁRIO LEGISLATIVO

- I. A restauração dos direitos de propriedade industrial e direitos autorais dos alemães atingidos pela guerra — Decreto n.º 43.956 — de 3-7-1958 401

II.	O fundo portuário nacional e a taxa de melhoramentos dos portos. — Lei n.º 3.421 — de 10-7-1958	406
III.	A comissão executiva do sisal. — Lei n.º 3.428 — de 15-7-1958	418
IV.	A aposentadoria aos segurados dos institutos de aposentadoria e pensões. — Decreto n.º 44.172 — de 26-7-1958	421
V.	O sigilo das operações bancárias. — Projeto n.º 410 — de 1959	423
VI.	O projeto de lei supressora das ações ao portador	448
VII.	A portaria n.º 309, de 30 de novembro de 1959, e as sociedades de crédito, financiamento e investimentos	458

CONVENÇÃO SÔBRE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

Apresentou a Câmara de Comércio Teuto-Brasileira de São Paulo à III.º Conferência de Comércio Exterior a tese elaborada pela Associação para o Fomento da Proteção de Investimentos no Estrangeiro (“*Gesellschaft zur Foerderung des Suchtzes von Auslands – Investitione*”), com sede em Francforte sôbre o Rêno, na Alemanha.

Considerou aquela Câmara que, “na comunidade das nações livres, cabe à propriedade uma função dupla, a qual consiste: *a*) na limitação da esfera individual, em que decisão e responsabilidade cabem ao proprietário; *b*) na proteção dessa esfera contra ameaças dos poderes políticos tida como condição indispensável de liberdade (definições do Professor *Roepke*, Genebra, em seu livro – “*Acima de Oferta e Procura*” – Genf., 1958 “*Jenseits von Angebot und Nachfrage*”).

“Reconhecida a grande importância da noção de “propriedade”, a democracia importa em restrições voluntariamente assumidas contra atividades econômicas ilimitadas – tratados no sentido da cooperação entre tôdas as nações, indispensáveis na interdependência atual dos povos do nosso globo, são necessários para fomentar essa colaboração.

“A tese já foi objeto de discussões na 1.ª Conferência Internacional de Investimentos em Belo Horizonte, em junho de 1958, sendo naquele tempo, pela respectiva Comissão Técnica, recomendado o estudo dessa tese, sugerindo-se medidas assecuratórias dos investimentos estrangeiros.

“Simplificada de acôrdo com as negociações havidas no período entre a Conferência de Belo Horizonte e esta data – a tese se baseia em tratados atualmente existentes, tanto entre nações credoras e em desenvolvimento, quanto entre credores e nações altamente industrializadas, e na colaboração de cientistas e homens de negócios de muitas nações, internacionalmente reconhecidas”.

O trabalho é de real merecimento e envolve o exame de problemas verdadeiramente transcendentais não sômente do ponto de vista nacional quanto do internacional.

Eis porque recolhemos nestas paginas essa tese, para a qual chamamos a especial atenção do comércio e dos juristas em geral)

PREAMBULO

As Altas Partes Contratantes,
na suposição de que a paz e segurança e o progresso do mundo só poderão ser conseguidos e garantidos mediante uma fecunda cooperação entre todos os povos, com base no Direito Internacional e na confiança mútua; e, ainda,

na apreciação da importância do fortalecimento das relações comerciais e do fomento do intercâmbio monetário em favor das atividades e do desenvolvimento econômicos; bem como

na consideração de que possa ser feita, para tais finalidades, mediante uma nova estipulação dos princípios de conduta em relação a investimentos estrangeiros;

resolveram, para este fim, celebrar a seguinte

CONVENÇÃO

Artigo I

Cada Parte garante em todos os tempos um justo e equitativo tratamento da propriedade aos cidadãos das outras Partes.

Tal propriedade gozará da mais constante proteção e segurança nos territórios das outras Partes e a sua administração, seu uso e gozo não poderão, de forma alguma, ser prejudicados por medidas inconvenientes discriminatórias.

Artigo II

Cada Parte garante em todos os tempos a observância de quaisquer compromissos que tenha assumido em relação a investimentos feitos por cidadãos de qualquer outra Parte.

Artigo III

Nenhuma Parte poderá tomar medidas contra cidadãos de uma outra Parte que os despojem, direta ou indiretamente, de sua propriedade, exceto mediante processo legal e sob a condição de que tais medidas não sejam discriminatórias ou contrárias às obrigações assumidas por aquela Parte e que estejam acompanhadas de justa e efetiva compensação. Adequadas providências devem ter sido tomadas, por ocasião ou antes da privação, para pronta determina-

ção e pagamento de uma tal indenização, que represente o verdadeiro valor da propriedade atingida; a indenização deverá ser feita em forma transferível e o pagamento ser realizado sem injusto atraso.

Artigo IV

Cada violação da presente Convenção obrigará a plena reparação. As Partes não poderão, dentro de seus Territórios, reconhecer ou fazer cumprir quaisquer medidas incompatíveis com os princípios da presente Convenção, relativas à propriedade de cidadãos de qualquer das Partes antes de haver sido feita ou assegurada a indenização.

Artigo V

Nenhuma Parte poderá tomar medidas em desacôrdo com a presente Convenção, a não ser que esteja envolvida em guerra, hostilidades ou outra calamidade pública que ameacem sua vida; tais medidas deverão ser limitadas, em extensão e duração, ao absolutamente necessário em vista da situação. Nada, neste artigo, poderá ser interpretado como substituindo as leis de guerra geralmente aceitas.

Artigo VI

As disposições da presente Convenção não prejudicarão a aplicação de atuais ou futuros convênios ou leis, que facultem ou venham a facultar maiores vantagens aos cidadãos de qualquer das partes.

Artigo VII

1) Quaisquer divergências referentes a interposição ou aplicação da presente Convenção, poderão, com a concordância das Partes interessadas, ser submetidas a um Tribunal de Arbitragem, constituído em conformidade com os dispositivos do Suplemento da presente Convenção. Tal concordância poderá ter a forma de acordos específicos ou de declarações unilaterais.

Na ausência de tal consentimento ou acôrdo sobre o ajuste por outras providências especiais, fica cada uma das Partes autorizada a submeter a divergência à Côrte Internacional de Justiça.

2) Um cidadão de uma das Partes, que afirmar ter sido prejudicado por medidas que representem uma violação da presente

Convenção, poderá instaurar uma ação contra a Parte, responsável por essas medidas, perante o Tribunal de Arbitragem, citada no parágrafo 1.º deste Artigo, contanto que a Parte acusada tenha declarado que aceita a competência do referido Tribunal de Arbitragem, com respeito a reivindicações de cidadãos de uma ou mais Partes, inclusive a Parte interessada.

Artigo VIII

Se a Parte, contra a qual foi pronunciada uma sentença ou decisão, deixar de obedecer a suas disposições, ficarão as demais Partes autorizadas a tomar, individual ou coletivamente, as medidas que se tornarem estritamente necessárias ao cumprimento de tal sentença ou decisão.

Artigo IX

Para os efeitos desta Convenção,

a) o termo "cidadãos" de uma Parte inclui (i) companhias, que que sob as leis locais dessa Parte são consideradas companhias nacionais dessa Parte, e (ii) companhias nas quais cidadãos dessa Parte têm, direta ou indiretamente, interesses de controle. O termo "companhias" inclui tanto pessoas jurídicas reconhecidas como tais pelas leis de uma Parte, como associações, mesmo que estas não possuam caracter legal;

b) o termo "propriedade" inclui todos os bens, diretos e interesses, pertencentes direta ou indiretamente, ao proprietário. O sócio de uma companhia será considerado interessado na propriedade da companhia.

Artigo X

Cláusulas finais relativas a ratificação, entrada em vigor, adesão, depósito, etc..